

Agora é lei: exploração sexual infantil vira crime hediondo



Projeto apresentado no Senado e transformado em lei pela presidente Dilma Rousseff trata com mais rigor crimes sexuais contra crianças e adolescentes

A Lei 12.978/2014, publicada na quinta-feira, teve origem no PLS 243/2010, de Alfredo Nascimento. Segundo o autor, os condenados não terão direito a fiança, liberdade provisória, anistia, graça e indulto, além de serem

obrigados a passar mais tempo no regime fechado. Vários senadores elogiaram a lei. O projeto, apresentado em 2010, foi aprovado em março no Plenário. Depois seguiu para a Câmara, onde foi acatado em 15 de maio, sem alterações. **6**

Polícia Rodoviária Federal faz operação para combater a exploração sexual infantil em Brasília: penas mais duras e menos benefícios a condenados

Domenico De Masi em debate interativo amanhã **2**

Juízes discutem em comissão direitos dos trabalhadores **3**

Regularização fundiária é tema de audiência em RO

A Comissão de Agricultura debateu o Programa de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Terra

Legal) em Ji-Paraná durante a 3ª edição da Feira de Inovação e Tecnologia Rondônia Rural Show. **5**



Reunião em Rondônia, com Raupp (2º à esq.) e Gurgacz, debateu Amazônia Legal

Policial mulher recebe aposentadoria especial **6**

MPs, vetos e Petrobras estão na pauta da semana **3**

ACONTECEU NO SENADO



Renan (C) celebra a aprovação com Viana, Luiz Alberto, Benedita, Vicentinho, Luiza Bairos, Ana Rita e Jucá

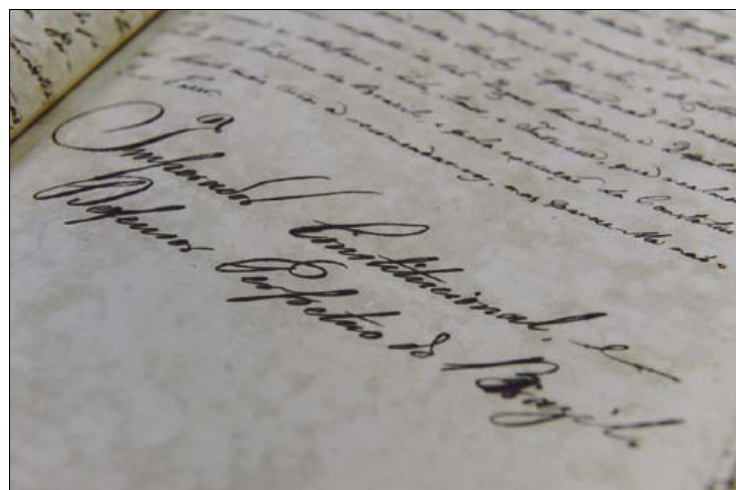
Concursos terão 20 % de cota racial

A reserva obrigatória de 20% das vagas em concursos públicos para negros e pardos foi um dos destaques da semana passada no Senado, que também

fixou em R\$ 1.014 o piso nacional para os agentes comunitários de saúde e de combate a endemias. As matérias foram encaminhadas à sanção presidencial. **8**

Senadores juravam em 1826 manter fé católica

Documento do Arquivo do Senado mostra que juramento de posse no Império incluía religião. Na próxima semana, **Jornal do Senado** lançará seção mensal sobre papéis históricos da Casa. **7**



Arquivo guarda papel de Pedro I: "imperador constitucional e defensor perpétuo"

Domenico De Masi participa de debate no Senado amanhã

Professor e sociólogo italiano apresenta em audiência pública interativa sua visão dos cenários socioeconômicos globais para os próximos 50 anos. Discussão pode ser acompanhada pela internet

O PROFESSOR E sociólogo italiano Domenico De Masi participa amanhã de audiência pública sobre os cenários do futuro nos próximos 50 anos. A audiência, promovida pelas Comissões de Educação (CE) e Senado do Futuro, é iniciativa de Cristovam Buarque (PDT-DF) e Cyro Miranda (PSDB-GO).

Sociedade pós-industrial, aspectos econômicos e necessidades emergentes, novos sujeitos sociais, criatividade, teletrabalho, ócio criativo e lazer são alguns dos temas presentes na obra de De Masi.

Em seu mais recente livro, *O Futuro Chegou — modelos de vida para uma sociedade desorientada*, ele propõe uma reflexão sobre todos os modelos socioeconômicos e religiosos já testados pela humanidade.



Livro mais recente de De Masi fala sobre modelos socioeconômicos e religiosos

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 9h

▶ Portal e-Cidadania: www.senado.leg.br/ecidadania	▶ Alô Senado: www.senado.leg.br/alosenado
▶ Tempo real: http://bit.ly/CEfuturoAS	▶ Tempo real: http://bit.ly/CEfuturoEC
▶ Facebook: eCidadaniaSF	▶ Facebook: alosenado
▶ Twitter: @e_cidadania #DomenicoDeMasi #CESenado #CSFSenado	▶ Twitter: @AloSenado
▶ TV: www.senado.leg.br/TV	▶ Alô Senado: 0800 612211
▶ Taquigrafia: http://bit.ly/comissaoEducacao	

Eleições de outubro terão mudança na ordem de votação

Com a sanção da Lei 12.976/2014 pela presidente Dilma Rousseff, na segunda-feira passada, as eleições deste ano devem ter uma nova ordem de votação. Em 2010, os eleitores votaram em deputado estadual ou distrital, deputado federal, senador, governador e vice-governador e presidente e vice-presidente. A lei inverte os dois primeiros cargos: primeiro será escolhido o deputado federal e depois o estadual ou distrital.

Nas eleições municipais, a serem realizadas em 2016, permanecerá a ordem atual: vereador e prefeito e vice-prefeito.

A ordem a ser adotada nas próximas eleições é a mesma vigente até 2006, quando foi alterada por resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O autor do projeto que deu origem à nova lei (PLC 117/2010), deputado Milton Monti (PR-SP), alegou à época que a ordem definida pelo TSE poderia confundir o eleitorado.

Ao analisar a proposta na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), Luiz Henrique (PMDB-SC) considerou importante que se consolide a maneira de exibição dos candidatos nas urnas eletrônicas, “para que se evitem confusões que podem levar o eleitor a, involuntariamente, anular seu voto”.

O Plenário do Senado aprovou o projeto no fim de abril.



Presença feminina no Parlamento precisa aumentar, opina Anibal

Anibal defende vagas para candidaturas de mulheres ao Senado

Anibal Diniz (PT-AC) defendeu em Plenário, na sexta-feira, a aprovação de projeto de lei de autoria dele que altera o Código Eleitoral (Lei 4.737/1965) para reservar — quando da renovação de dois terços do Senado — uma de cada duas vagas em disputa para candidaturas femininas (PLS 132/2014). A matéria aguarda relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

— Eu acho que a sociedade brasileira precisa tomar uma atitude no sentido de abrir cada vez mais espaço para as mulheres. Se não tem presença da mulher na política, como é que ela vai poder influenciar nas políticas públicas? — indagou Anibal, destacando que as mulheres ocupam 13% das vagas no Senado e apenas 9% na Câmara.

Segundo disse, o Brasil ocupa a 158ª posição no ranking mundial de representação feminina no Parlamento, pior até que países árabes. Ele reclamou que os partidos não priorizam as candidaturas femininas.



Para Figueiró, partido usou “política do medo” no horário eleitoral

Figueiró critica propaganda do PT e cobra debate de ideias

Ruben Figueiró (PSDB-MS) criticou a propaganda feita pelo PT, veiculada no rádio e na TV na semana passada, usando o termo “fantasmas do passado”. Ele elogiou a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que acatou representação do PSDB para suspender a veiculação. Figueiró chamou a campanha de estratégia da síndrome do medo e alertou para a gravidade desse caminho.

— A estratégia, agora vetada, dava a entender que entraríamos numa fase negativa e distorcida da campanha presidencial. Considero um desserviço à sociedade utilizar o horário eleitoral gratuito da televisão para difundir a política do medo — afirmou.

O senador disse que o recurso é antigo e citou o exemplo do ex-presidente dos Estados Unidos George Bush, que, segundo Figueiró, abusou da memória do 11 de Setembro para ganhar a reeleição.

Ele defendeu uma campanha baseada no debate de ideias e na apresentação de planos de trabalho.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

PLENÁRIO Homenagem

11h Sessão especial comemora os 50 anos da instalação do Escritório de Representação do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura no Brasil. Às 14h, a sessão é não deliberativa.

PRESIDÊNCIA PAC 2

11h Renan Calheiros participa de solenidade da entrega de máquinas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), na Associação dos Municípios Alagoanos, em Maceió.

CDH Assuntos trabalhistas

9h Meio ambiente do trabalho, direito penal inclusivo e competência da Justiça do Trabalho são temas de audiência pública da Comissão de Direitos Humanos.

CI Segurança para investimentos

18h Debate sobre segurança jurídica para investidores privados tem participação do ex-ministro Almir Pazzianotto.

TERÇA

CCJ Reforma do Código Penal

9h Para instruir o projeto que trata da reforma do Código Penal, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania faz audiência pública. Está convidado o procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

CE/FUTURO Domenico De Masi

9h A Comissão de Educação e a Comissão Senado do Futuro debatem com Domenico De Masi o tema “Cenários do futuro nos próximos 50 anos”.

CMA/CCT/CI Telefonia celular

10h Audiência das Comissões de Meio Ambiente, de Ciência e Tecnologia e de Infraestrutura debate funcionamento da telefonia celular. Ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, é convidado.

CAE Áreas de livre comércio em MS

10h Proposta em pauta cria áreas de livre comércio nos municípios de Corumbá e Ponta Porã (MS). A comissão também vota projeto que isenta de IPI os instrumentos musicais adquiridos por músico.

CPI DA PETROBRAS Graça Foster

10h15 A Comissão Parlamentar de Inquérito da Petrobras ouve a presidente da estatal, Graça Foster.

CE Dia Nacional da Capoeira

10h30 Evento de aposição do retrato do senador Flávio Arns, presidente da CE em 2009, na galeria de ex-dirigente do colegiado. Às 11h, análise de proposta que institui o Dia Nacional da Capoeira.

CAS/CDH Parto humanizado

11h A humanização do parto no Brasil em debate pelas Comissões de Direitos Humanos e de Assuntos Sociais. A audiência, alusiva ao Dia Internacional de Luta pela Saúde da Mulher, contará com a ministra de Direitos Humanos, Ideli Salvatti.

CONGRESSO Servidores de RR e AP

11h30 Congresso promulga a EC 79, que prevê a reintegração, ao quadro federal, de servidores dos ex-territórios do AP e de RR. Às 19h, exame de vetos na Câmara.

PLENÁRIO Centenário de Irmã Dulce

12h Os senadores comemoram em sessão especial o centenário de nascimento de Irmã Dulce.

CONSOLIDAÇÃO DE LEIS Parecer

14h Comissão de Consolidação de Leis e de Dispositivos Constitucionais analisa parecer sobre emendas ao projeto que regulamenta o trabalho doméstico. Examina ainda emendas ao projeto sobre expropriação por trabalho escravo.

QUARTA

CCT Programação regionalizada

9h A Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática promove audiência pública para tratar da regionalização da programação cultural, artística e jornalística e da produção independente nas emissoras de rádio e TV.

CDR Albergues

9h Projeto que reduz o IR para fomentar o turismo no Nordeste está na pauta da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Também texto que define albergue como prestador de serviço turístico.

RESÍDUOS SÓLIDOS Política reversa

9h A Subcomissão de Resíduos Sólidos debate o custeio da política reversa. Convidado, entre outros, o presidente da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviço e Turismo, Antonio Santos.

CAS Indicação para a ANS

9h A Comissão de Assuntos Sociais analisa a indicação de Martha de Oliveira para a diretoria da Agência Nacional de Saúde Suplementar. Após, vota proposta que zera tributos sobre a importação e a receita bruta de venda de medicamentos.

CCJ Penas para vandalismo

10h Projeto que endurece as penas para vandalismo em manifestações públicas consta da pauta da CCJ. Examina ainda proposta que proíbe revista íntima de funcionários nos locais de trabalho.

MEDIDA PROVISÓRIA Energia

14h30 Audiência pública na comissão que examina a MP 641/2014, sobre a comercialização de energia. Convidados, entre outros, o Ministério de Minas e Energia e a Agência Nacional de Energia Elétrica.

CMMC Economia de baixo carbono

14h30 Discussão sobre tributação e subsídios à economia de baixo carbono com Aloisio Lopes Pereira, coordenador-geral da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, entre outros.

QUINTA

CAS Doença de Huntington

10h A Comissão de Assuntos Sociais debate a doença de Huntington, que é hereditária e ocorre quando as células nervosas se degeneram. Participa José Eduardo Fogolin, do Ministério da Saúde.

CPI DA PETROBRAS Ministro do TCU

10h15 CPI da Petrobras ouve o ministro do Tribunal de Contas da União José Jorge e o ex-diretor da estatal Jorge Zelada.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário:** <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões:** <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Direitos Humanos. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Pauta está travada por três MPs e outras três aguardam leitura. Plenário pode analisar ainda duas PECs e dois projetos com urgência

Dívida de empresas é tema de uma das medidas que travam a pauta

O PARCELAMENTO DE débitos tributários para empresas pode ser aprovado nesta semana. O chamado Refis da Crise foi instituído pelas Leis 11.941/2009 e 12.249/2010 e incluía dívidas existentes até 2008. Uma medida provisória (MP 638/2014) estendeu o programa — criado para ajudar empresas afetadas pela crise internacional — a dívidas que venceram até o final de 2013 e fixou em 31 de agosto deste ano o prazo para novas adesões. O governo espera arrecadar R\$ 12,5 bilhões com a reabertura.

A MP já foi analisada pela Câmara e enviada ao Senado. Pelo texto, a empresa que tem uma dívida de até R\$ 1 milhão terá de pagar 10% do valor total na adesão. Se a dívida for maior, deverá pagar 20%. Em ambos os casos, o pagamento pode ser feito em até cinco parcelas.

Outras duas medidas travam a pauta do Plenário e mais três MPs aprovadas pela Câmara devem ser lidas no início da semana. Todas precisam ser votadas até 2 de julho para que não percam a validade.

Uma das medidas que já travam a pauta é a MP 635/2013, que ampliou o auxílio financeiro recebido por agricultores atingidos pela seca e outros desastres em 2012. A outra (MP 633/2013) trata da ampliação em R\$ 80 bilhões do limite disponível para subvenções da



Plenário tem ainda MPs sobre auxílio a agricultor atingido pela seca e subvenção a financiamentos do BNDES na pauta

União a financiamentos concedidos pelo BNDES a setores produtivos.

Entre as MPs que chegarão da Câmara, está a que isenta os importadores de álcool do pagamento do PIS-Pasep-Importação e da Cofins-Importação (634/2013). Também devem chegar ao Senado a MP 636/2013, que trata de dívidas de assentados da reforma agrária e concede linha de crédito para famílias incluídas no Programa Nacional de Reforma Agrária, e a MP 632/2013, que reajusta salários de algumas carreiras do Executivo e prorroga o funcionamento da Comissão Nacional da Verdade.

Propostas de emenda à Cons-

tituição e projetos em regime de urgência podem ser votados mesmo com a pauta travada. É o caso da PEC 57A/1999, que prevê a expropriação de terras em que se verifique a prática de trabalho escravo. A previsão é de que a proposta, relatada por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), seja votada amanhã, mas os líderes partidários buscam um acordo. A principal possibilidade é votar na mesma sessão a PEC e o projeto de lei que disciplina o tema (PLS 432/2013), relatado por Romero Jucá (PMDB-RR). A votação do projeto pelo Plenário depende da apreciação de 55 emendas pela Comissão Mista de Consolidação das Leis,

o que deve ocorrer amanhã.

Também pode ser votada a PEC 77/2013, que cria a carreira dos agentes de trânsito no sistema de segurança pública.

Em regime de urgência, tramita o substitutivo da Câmara ao PLS 193/2003. O texto, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), considera perigosa a atividade de quem trabalha em motocicleta. Também com urgência aprovada está o PLC 41/2014, que altera a Lei do Descanso (Lei 12.619/2012) e permite que a jornada de trabalho do motorista chegue a oito horas seguidas e ainda possa ser estendida em mais quatro horas, a depender de acordo coletivo.

Vetos presidenciais e CPI da Petrobras são destaques da semana

A quinta tentativa do Congresso de votar vetos presidenciais neste ano será feita amanhã. Na sessão, a oposição deverá insistir na instalação imediata da CPI Mista da Petrobras. O presidente do Senado, Renan Calheiros, já anunciou que designará até amanhã os parlamentares para as vagas em aberto da comissão, que então poderá funcionar. A CPI terá 16 senadores e 16 deputados. O prazo para a indicação pelos partidos terminou na terça-feira passada.

Neste ano, o Congresso ainda não conseguiu votar os 14 vetos da presidente Dilma Rousseff a projetos aprovados pela Câmara e pelo Senado, seja por falta de quórum ou de acordo entre as lideranças. A Constituição e o Regimento Interno exigem que pelo menos 41 senadores e 257 deputados sejam contrários à posição da presidente para derrubar o veto e fazer valer como lei o texto da forma como aprovado no Parlamento.

Entre os itens a serem votados, estão os vetos a pontos da minirreforma eleitoral (PL 6.397/2013) e o veto total às novas regras para criação de municípios (PLS 98/2002 — Complementar). Sobre o último, o impasse foi solucionado com o PLS 104/2014, aprovado no Senado dia 14 e em análise pela Câmara.

Comissão ouvirá juízes em audiência sobre direitos dos trabalhadores

Meio ambiente do trabalho e direito penal inclusivo são os assuntos de audiência pública que a Comissão de Direitos Humanos (CDH) promove hoje, às 9h. A iniciativa é do senador Paulo Paim (PT-RS). Ele convidou representantes da magistratura e do Ministério Público para uma análise dos problemas relativos à salubridade e à integridade física enfrentados diariamente pelo trabalhador brasileiro e a competência do Judiciário para resolver as questões.

A Constituição diz que é direito dos trabalhadores a redução dos riscos profissionais por meio de normas que garantam condições de saúde, higiene e segurança. Além disso, prevê que compete ao SUS “colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho”.

Estão convidados o juiz federal Ricardo Rachid de Oliveira; o juiz Guilherme Feliciano, da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho; o vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Ângelo Farias da Costa; o procurador-geral do Trabalho do Ministério Público do Trabalho, Luís Antônio Melo; e o presidente do Instituto de Pesquisas e Estudos Avançados da Magistratura, Paulo de Moraes.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 9h

- ▶ **Alô Senado:** www.senado.leg.br/alosenado
- ▶ **Tempo real:** <http://bit.ly/CDHJusticaTrabalhoAS>
- ▶ **Facebook:** [alosenado](https://www.facebook.com/alosenado)
- ▶ **Twitter:** [@AloSenado](https://twitter.com/AloSenado)
- ▶ **Alô Senado:** 0800 612211
- ▶ **TV:** www.senado.leg.br/TV
- ▶ **Taquigrafia:** <http://bit.ly/comissaoDireitosHumanos>

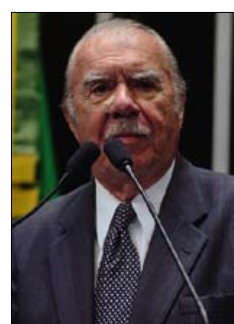
Emenda que transfere servidores do AP e RR será promulgada amanhã

A Emenda Constitucional 79 será promulgada amanhã, em sessão solene do Congresso Nacional. O texto prevê a reintegração, ao quadro federal, de servidores e policiais militares que tinham vínculo com os ex-territórios do Amapá e de Roraima. A sessão está marcada para as 11h30 no Plenário do Senado.

A Emenda 79 resulta da PEC 11/2014, aprovada na terça-feira passada pelo Senado, com 64 votos favoráveis e nenhum contrário. De iniciativa da Câmara dos Deputados, a proposta foi relatada no Senado por José Sarney (PMDB-AP). No dia da aprovação, Sarney disse que estava sendo corrigida uma grande injustiça, já que, há quatro anos, o mesmo benefício foi concedido aos servidores de Rondônia, pela Emenda Constitucional 60.

No relatório, Sarney havia atestado que a emenda fortalece os dois estados, aliviando-os de obrigações financeiras originadas quando ainda não desfrutavam de total autonomia e a União influenciava sua política de pessoal.

Os servidores admitidos regularmente entre a transformação em território, em outubro de 1988, e a instalação dos estados, em outubro de 1993, terão de ser enquadrados nos cargos em que foram admitidos. O prazo para que manifestem a opção de ingressar no quadro da União é de 180 dias.



Moreira Moutz/Agência Senado

Trabalho com motocicleta pode ser considerado atividade perigosa

O Senado deve votar amanhã, em regime de urgência, mudança na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para considerar perigosa a atividade de quem trabalha em motocicleta. O texto será votado na forma que veio da Câmara.

Originalmente de autoria de Marcelo Crivella (PRB-RJ), o projeto (PLS 193/2003, *foto*) foi motivado por relatório do Corpo de Bombeiros de São Paulo, que apontou a ocorrência de grande número de acidentes envolvendo motocicletas e veículos similares, com vítimas fatais ou lesões graves. O texto alterava a CLT para incluir entre as atividades perigosas as de mototaxista, motoboy e motofrete, além do serviço comunitário de rua — operado, por exemplo, por quem faz ronda noturna em bairro. Em 2011, o projeto foi aprovado pelo Senado e enviado à Câmara, onde foi aprovado na forma de um substitutivo que apenas acrescenta um parágrafo ao artigo 193 da CLT, estabelecendo que “também são consideradas perigosas as atividades de trabalhador em motocicleta”.

O substitutivo da Câmara, que ainda depende de parecer da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) a ser apresentado em Plenário, é o primeiro item da pauta de votações de amanhã. Ele entrou na pauta mediante requerimento de urgência apresentado por Humberto Costa (PT-PE), votado a pedido de Paulo Paim (PT-RS).

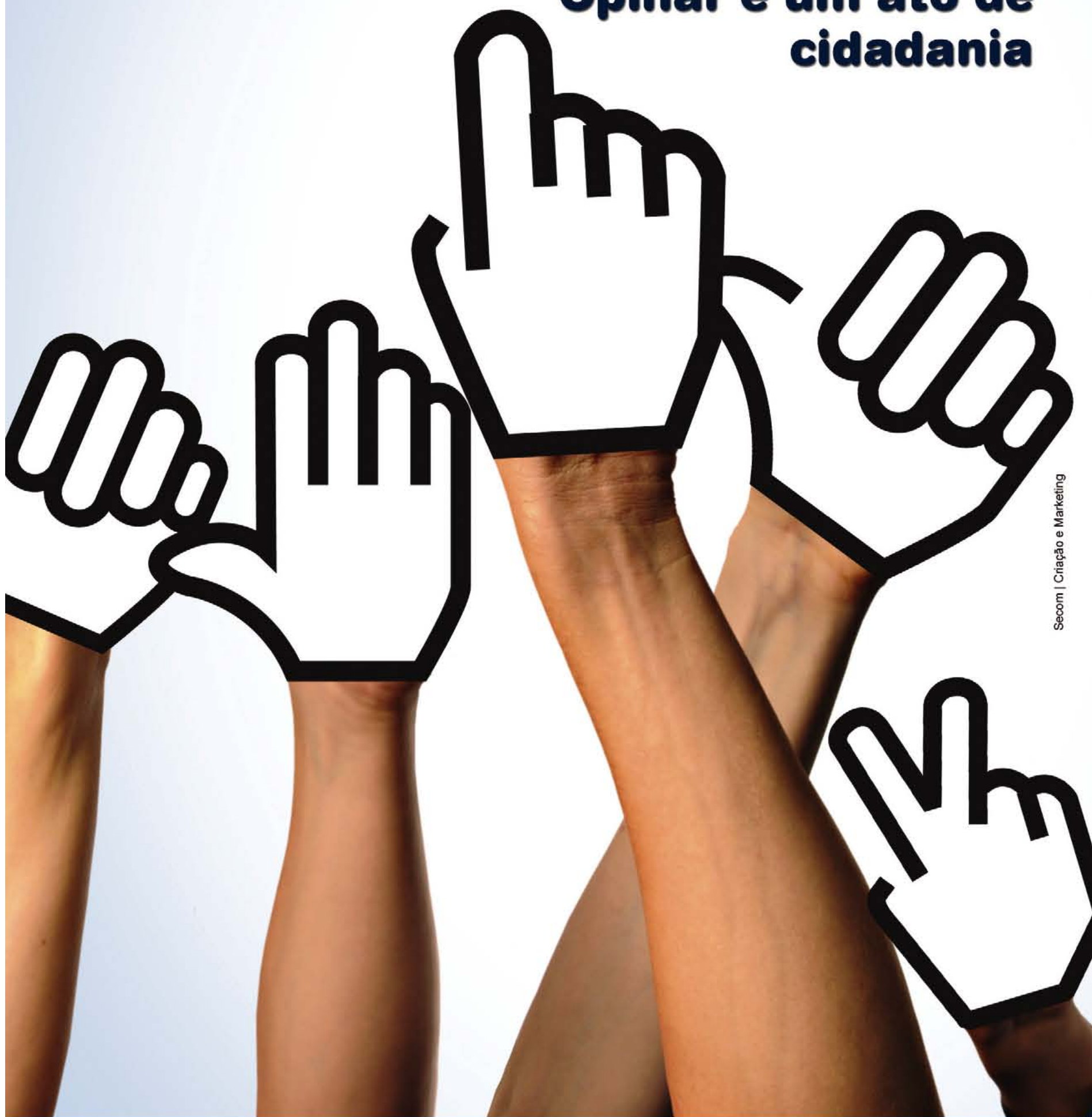


Moreira Moutz/Agência Senado

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Resolução da Participação Popular nos Projetos de lei do Senado

Projetos de Lei do Senado Federal: Opinar é um ato de cidadania



Secom | Criação e Marketing

O Senado Federal aprovou resolução que torna mais fácil a participação popular durante a tramitação de uma lei. Agora, qualquer pessoa pode entrar no portal e-Cidadania, ler na íntegra os projetos de lei e expressar sua concordância ou não em relação a eles.

É o Senado Federal cada vez mais próximo e conectado com as necessidades da população.

Saiba mais em:
www.senado.leg.br/agoraelei



Especialistas destacaram, em Rondônia, a importância do título da terra para o produtor rural conseguir crédito. Proposta em tramitação no Senado pode agilizar processo

Audiência debate titularidade na Amazônia Legal

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) debateu, sexta-feira, o Programa de Regularização Fundiária na Amazônia Legal (Terra Legal) e as políticas de crédito rural durante a 3ª edição da Feira de Inovação e Tecnologia Rondônia Rural Show, em Ji-Paraná, Rondônia. A audiência foi solicitada pelo senador Acir Gurgacz (PDT-RO).

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, que participou do evento, assegurou que o governo federal está empenhado em agilizar a titularização das terras rurais. Em cinco anos, informou o ministro, a União destinou 2,5 milhões de hectares de terras a governos estaduais, prefeituras, áreas de preservação permanente, áreas de assentamentos de reforma agrária, terras indígenas e pequenos e médios produtores rurais. Só no estado de Rondônia, disse, foram concedidos 6 mil títulos de posse de aproximadamente 300 mil hectares.

— A estabilidade do domínio da terra é fundamental para que tenhamos paz no campo. Não podemos conviver com a violência no campo, temos de trabalhar num ambiente de paz e prosperidade e de respeito a quem produz — afirmou Rosseto.

Segundo o ministro, a União ainda dispõe de parcela importante das terras da Amazônia Legal, mas está trabalhando para destinar essas áreas de



Governo, especialistas e produtores rurais debateram, em audiência presidida por Gurgacz (C), a questão do título da terra

forma definitiva o mais rápido possível. A demora decorre do fato de cada imóvel ser analisado individualmente, o que exige atenção redobrada do governo.

Medida provisória

A agilidade no processo pode vir com a aprovação pelo Congresso Nacional da Medida Provisória (MP) 636/2013, que trata das dívidas de assentados da reforma agrária e concede linha de crédito para famílias incluídas no Programa Nacional de Reforma Agrária, afirmou o secretário de Regularização Fundiária na Amazônia Legal, Sérgio Lopes. A medida já foi aprovada na Câmara dos Deputados e deve ser votada no Senado nos próximos dias.

Lopes explicou que a MP facilitará os processos de regularização das terras ao

assegurar, nos processos de reforma agrária, a gratuidade na titularização de até um módulo fiscal, a exemplo do que já ocorre com o projeto Terra Legal.

Além disso, foi editada, semana passada, uma portaria do Ministério de Desenvolvimento Agrário permitindo que o processo de concessão de título de propriedades de até quatro módulos fiscais seja feito no estado, sem precisar passar por Brasília. Isso, então, deve aumentar o volume anual de títulos entregues pelo governo federal em até três vezes, acredita Lopes.

Também presente na audiência pública, o governador de Rondônia, Confúcio Moura, reforçou a importância da titularidade para o desenvolvimento do setor rural no país. Sem a titularidade da terra, disse, o produtor rural

não consegue financiamentos bancários, não tem o imóvel valorizado e ainda fica sob o risco dos conflitos de terra.

A mesma preocupação revelou o prefeito de Ji-Paraná, Jesualdo Pires, principalmente em uma região tão promissora quanto o Norte do país. O prefeito usou a feira de agronegócios que sediou o debate, a Rondônia Rural Show, como exemplo do potencial da região — o evento bateu recorde de público, com 40 mil visitantes em quatro dias.

Crédito rural

A importância do título da terra para a obtenção de créditos rurais também foi destacada pelo secretário-executivo da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) do estado de Rondônia, Luiz Gomes Furtado. Ele explicou que a

Emater orienta e acompanha os produtores rurais na elaboração dos projetos de financiamento junto aos bancos oficiais. Durante a Rondônia Rural Show, relatou, dezenas de processos foram abertos e vários créditos já foram liberados.

— Produtor sem documento da terra não tem acesso ao crédito rural. E já estamos vendo boa parte dos produtores [que conseguiram o título] acessando o crédito, internalizando recursos, levando tecnologia e investimentos a suas propriedades — comemorou Furtado.

Presente no evento, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) listou os projetos de infraestrutura — como rodovias de ligação entre estados — que precisam ser concluídos para estimular o desenvolvimento do setor agrário na região.

Ao longo do debate, o senador Acir Gurgacz recebeu perguntas por e-mail e da plateia, as quais encaminhou aos debatedores.

A audiência contou ainda com a participação do secretário de Agricultura de Rondônia, Evandro Padovani; do superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) em Rondônia, Luis Flávio Carvalho Ribeiro; do presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras-RO, Salatiel Rodrigues; do deputado Nilton Capixaba (PTB-RO); e de representantes do Banco do Brasil e do Banco da Amazônia.

Paim homenageia trabalhador rural e destaca mobilização da categoria

Em comemoração ao Dia do Trabalhador Rural, celebrado em 25 de maio, Paulo Paim (PT-RS) homenageou “os 16 milhões de homens e mulheres que trabalham no campo e fazem com que a alimentação chegue à mesa de toda a nossa gente”.

Paim saudou a realização, na semana passada, da 20ª edição do Grito da Terra, movimento anual de mobilização de trabalhadores rurais e



Senador ressaltou reivindicação por ampliação da reforma agrária

agricultores familiares, promovido pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag). Ele destacou, entre as reivindicações da categoria, a ampliação da reforma agrária para assentamento de 150 mil famílias.

O senador também frisou a importância do cumprimento das normas previstas na CLT para contratação de mão de obra rural e apontou riscos na terceirização do trabalho no campo.

Paim também destacou sessão magna realizada pelo Grande Oriente do Distrito Federal, que reúne as lojas maçônicas do DF, e saudou os 50 anos da Escola La Salle Hipólito Leite, de Pelotas (RS).

Comissão discute hoje segurança jurídica para investimentos no país

O Brasil oferece segurança jurídica a investidores privados? A legislação disponível é suficiente para atrair capital nacional ou estrangeiro? Para discutir essas e outras questões que afetam o crescimento da economia do país, a Comissão de Infraestrutura (CI) promove audiência pública hoje, às 18h, em atenção a requerimento de Fernando Collor (PTB-AL), presidente do colegiado.



Presidente do colegiado, Collor requereu a audiência pública

Foram convidados Almir Pazzianotto, ex-ministro do Trabalho; o advogado Alexandre Aragão; e Cleverson Aroeira, chefe do Departamento de Transportes e Logística do BNDES. Entre os aspectos a serem debatidos, está a qualidade das instituições brasileiras, fator essencial para atrair investimentos; a capacidade da Justiça de mediar conflitos e apoiar medidas que assegurem o cumprimento de contratos; o excesso de burocracia e o peso dos encargos trabalhistas. Ao final do debate, a comissão deve identificar a necessidade de revisão ou modernização da legislação vigente.

Solução para a guerra fiscal entre estados poderá ser votada amanhã

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) poderá votar, amanhã, nova regra que facilita a solução de impasses entre estados devido à guerra fiscal, na forma de substitutivo apresentado pelo relator, Luiz Henrique (PMDB-SC).

Em vez de convalidar os incentivos, como era previsto no Projeto de Lei do Senado 130/2014, de Lúcia Vânia (PSDB-GO), o substitutivo transfere



Texto é substitutivo do relator, senador Luiz Henrique

para os próprios estados a tarefa de legalizar os benefícios.

Para viabilizar a solução, o texto do relator reduz o quórum de deliberação do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Em vez da unanimidade dos integrantes, passaria a ser de três quintos das unidades federadas e um terço dos estados integrantes de cada região do país. A intenção é facilitar uma saída ordenada para o cenário que se impôs depois de reiteradas decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) pela inconstitucionalidade dos incentivos concedidos sem a unanimidade do Confaz.

Exploração sexual de menor agora é crime hediondo

Projeto do Senado deu origem à nova lei, que já está em vigor. Quem favorecer a prostituição de criança ou adolescente não terá mais direito a fiança e ficará mais tempo no regime fechado

VIROU LEI PROJETO apresentado no Senado que torna hediondo o crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente. A Lei 12.978/2014, publicada na quinta-feira, teve origem no PLS 243/2010, de Alfredo Nascimento (PR-AM).

O autor do projeto espera que a nova lei permita tratar com mais rigor os crimes sexuais contra crianças.

— Conseguimos dar uma resposta à sociedade, que há anos pede medidas mais severas para punir esse crime abominável. Demos um passo muito importante, pois os condenados não terão direito à fiança, liberdade provisória, anistia, graça e indulto — explicou o senador.

Como crime hediondo, o condenado por favorecimento da exploração sexual de crianças e adolescentes, além de não ter direito à fiança, terá de

passar mais tempo no regime fechado, antes de poder requerer a progressão: dois quintos da pena, se primário, e três quintos, se reincidente. Nos crimes comuns, o requisito é de um sexto de cumprimento da pena.

— É importante porque, quando o crime é considerado hediondo, as penas se ampliam e isso faz com que o criminoso, se pensava duas, pense três, quatro vezes. Quando você aumenta a pena, você inibe, pelo menos teoricamente, o crime — observou Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM). Ela presidiu, no Senado, a CPI do Tráfico de Pessoas, que chegou a investigar casos de aliciamento de menores.

Magno Malta (PR-ES), relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), também comemorou a sanção. Foi dele a iniciativa de acrescentar os vulneráveis às vítimas de exploração sexual.

O Código Penal classifica como vulnerável a pessoa “que, por enfermidade ou deficiência mental, não tem o necessário discernimento para a prática do ato”.

Ana Amélia (PP-RS) lembrou que a entrada em vigor da lei antes da Copa do Mundo pode ajudar a inibir a prática do turismo sexual.

— Precisamos penalizar e ter consequência, porque, se não tem consequência, você acaba estimulando a impunidade desses bandidos que exploram os menores. É prudente que se faça essa lei agora antes da Copa, para que os turistas que são dados a essas práticas criminosas sejam inibidos de praticar esses crimes — disse.

Já Ana Rita (PT-ES) lembrou que esse tipo de crime acontece principalmente em ambiente familiar.

— É, sem dúvida, uma grande conquista, nos garante uma maior segurança. Ter uma lei mais rigorosa é importante para evitar esse tipo de crime. Mas não podemos nos esquecer que a maioria dos casos de exploração sexual contra crianças acontecem dentro de casa — disse a presidente da Comissão de Direitos Humanos (CDH).

O projeto, apresentado em outubro de 2010, foi aprovado em março deste ano no Plenário do Senado. Depois seguiu em regime de urgência para a Câmara, onde foi aprovado em 15 de maio, sem alterações.



Operação de combate à exploração sexual infantil: condenado terá pena maior

Policial mulher ganha aposentadoria especial

Foi publicada no *Diário Oficial da União* de sexta-feira a Lei Complementar 144/2014, sancionada pela presidente Dilma Rousseff na quinta-feira. A lei, já em vigor, abre a possibilidade de a policial mulher poder se aposentar depois de 25 anos de contribuição ao INSS.

O projeto que dispõe sobre o benefício (PLS 149/2001) foi

aprovado na Câmara em 22 de abril e, como já havia passado pelo Senado, seguiu para a sanção presidencial.

A proposta, apresentada pelo senador Romeu Tuma (foto), em 2001, estabelece ainda que, para se aposentar com 25 anos de contribuição, a mulher



deve ter, pelo menos, 15 anos de exercício de cargo de natureza estritamente policial.

Pelas normas vigentes, os policiais — tanto homens quanto mulheres — têm a possibilidade de se aposentar com salário integral após 30 anos de serviço, com no mínimo 20 anos no cargo.

Ivonete Dantas lamenta violência crescente no RN

Ivonete Dantas (PMDB-RN), em discurso na sexta-feira, lamentou o crescimento da violência e da insegurança em todo o Brasil e em especial no Rio Grande do Norte.



— Não podemos deixar essa violência tomar conta das nossas vidas. Precisamos nos encorajar e reivindicar [providências] de todos os poderes constituídos — disse.

Segundo a senadora, a situação é tão caótica no estado que a polícia civil chegou a ter somente 29% dos quadros preenchidos. O quantitativo de 300 homicídios por ano, em 2004, dobrou apenas durante os primeiros cinco meses de 2014, afirmou.

Ivonete anunciou que solicitará uma audiência junto ao Ministério da Justiça para estabelecer uma linha de ação emergencial no Rio Grande do Norte com o propósito de combater a sensação de insegurança, que ela classifica de terrível.



Cerca de 2 mil pessoas, segundo a Polícia Legislativa do Senado, ocuparam o gramado da Esplanada sexta-feira para pedir a legalização da maconha. Os manifestantes cobram a aprovação do PL 7.270/2014, do deputado Jean Willys (PSOL-RJ). O projeto, em tramitação na Câmara, regula a produção e a comercialização da *Cannabis sativa* e derivados. No Senado, o uso recreativo e medicinal da maconha recebeu o apoio de mais de 20 mil pessoas pelo Portal e-Cidadania. A Sugestão 8/2014, se acatada pela Comissão de Direitos Humanos, poderá ser transformada em projeto de lei.

Desmontagem de automóveis terá novas regras em 2015

Entram em vigor em maio de 2015 as novas regras para a desmontagem de automóveis. A regulamentação (Lei 12.977/2014), que tem como objetivo combater o mercado de furto e roubo de carros, foi sancionada e publicada no *Diário Oficial da União* na quarta-feira. Depois da entrada em vigor da lei, estabelecimentos que já trabalham com desmontagem de veículos, como ferros-velhos, terão mais três meses para se adequar às regras.

A nova lei estabelece que um carro só poderá ser desmontado depois de expedida

a certidão de baixa do registro, documento emitido pelo Detran quando os veículos são considerados irrecuperáveis. Está prevista também a criação de um banco nacional de dados abrangendo os carros desmontados.

As empresas que não obedecerem às regras estarão sujeitas a multas de R\$ 2 mil a R\$ 8 mil, de acordo com a gravidade da infração, e a outras sanções.

O projeto que deu origem à lei (PLC 38/2013), do deputado Armando Vergílio (SD-GO), foi aprovado pelo Plenário do Senado em abril.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portela

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretor-adjunto: Flávio de Mattos

Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Laércio Franzon, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Seep)

A partir da próxima segunda-feira, o **Jornal do Senado** publicará uma seção mensal sobre os documentos que estão guardados no Arquivo da Casa e contam a história do Brasil

Uma viagem pela memória do Senado

Ricardo Westin

QUANDO OS PRIMEIROS senadores do Brasil tomaram posse, em 1826, eles tiveram de fazer um juramento público “aos Santos Evangelhos”, no Paço do Senado, no Rio de Janeiro. Cada um deles prometeu “ser leal ao imperador” e “manter a religião católica apostólica romana”.

Escrito há 188 anos, com caneta tinteiro, o documento original contendo o juramento dos senadores do Império é um dos inúmeros papéis de valor incalculável que estão sob a guarda do Arquivo do Senado, em Brasília. Esse é um dos documentos mais antigos do acervo.

Na semana que vem, o **Jornal do Senado** ganhará uma seção mensal que explorará a riqueza histórica desses papéis. Sempre na primeira segunda-feira de cada mês, será publicada a seção “Arquivo S”, com reportagens que apresentam documentos importantes que estão guardados no Arquivo do Senado e ajudam a compreender a história do Brasil.

O acervo está protegido em salas climatizadas, com controle de temperatura e umidade, de modo a impedir a proliferação de fungos que, com o passar do tempo, danificam



Funcionária do Arquivo do Senado mostra documentos do Império: enfileirados como livros numa estante, papéis cobririam seis vezes a extensão da Avenida Paulista

os papéis. São documentos tão delicados que só podem ser manuseados com luvas.

O Arquivo do Senado preserva o pronunciamento que dom Pedro I fez na abertura dos trabalhos do Senado e da Câmara dos Deputados, numa cerimônia na manhã de 6 de maio de 1826, um sábado, no Paço do Senado. No discurso,

ele disse que sentira “pesar” em 1823 ao dissolver a Assembleia Nacional Constituinte.

“Pesar”

A Assembleia foi criada com objetivo de redigir a primeira Constituição do Brasil, um ano após a Independência. No anteprojeto em gestação, porém, os constituintes dariam ao

imperador menos poderes do que ele esperava. Dom Pedro I reagiu ordenando às tropas que invadissem a Assembleia. O episódio entrou para a história como Noite da Agonia. Ele, então, formou uma comissão com gente de sua confiança para propor um texto constitucional exatamente a seu gosto — prevendo, ao lado do Executivo, do Judiciário e do Legislativo, o Poder Moderador, que garantia poderes absolutos ao monarca. O Poder Legislativo, que havia sido extinto em 1823, após poucos meses de existência, só voltaria a nascer naquele sábado de 1826, quando o imperador fez o discurso no Senado.

— Não é de se estranhar que dom Pedro I tenha dito que havia dissolvido a Assembleia com “pesar”. O discurso político sempre foi assim. Ele participava da instalação do Poder Legislativo e, naturalmente, falou tudo o que podia em louvor ao Legislativo. Ele se penitenciou de ter fechado a Assembleia, mas não de ter feito uma Constituição do seu jeito. A penitência nada mais foi do que uma retórica do jogo político — explica Antonio Barbosa, consultor legislativo aposentado do Senado e historiador da Universidade de Brasília (UnB).

Entre os documentos mais valiosos guardados no Arquivo do Senado, está a Lei Áurea, de libertação dos escravos, assinada em 1888 pela princesa Isabel. Também estão nas salas climatizadas do Arquivo os projetos de lei que tramitaram nos 188 anos de história da Casa, as atas de reuniões dos senadores

e os relatórios produzidos pelas comissões parlamentares de inquérito (CPIs).

Se todos os papéis do Arquivo fossem enfileirados, como numa estante de livros, eles ocupariam 16 quilômetros — seis vezes a extensão da Avenida Paulista, quatro vezes a da Praia da Copacabana ou toda a extensão do Plano Piloto de Brasília. Em cada mês, a seção “Arquivo S” tratará de um episódio histórico diferente.

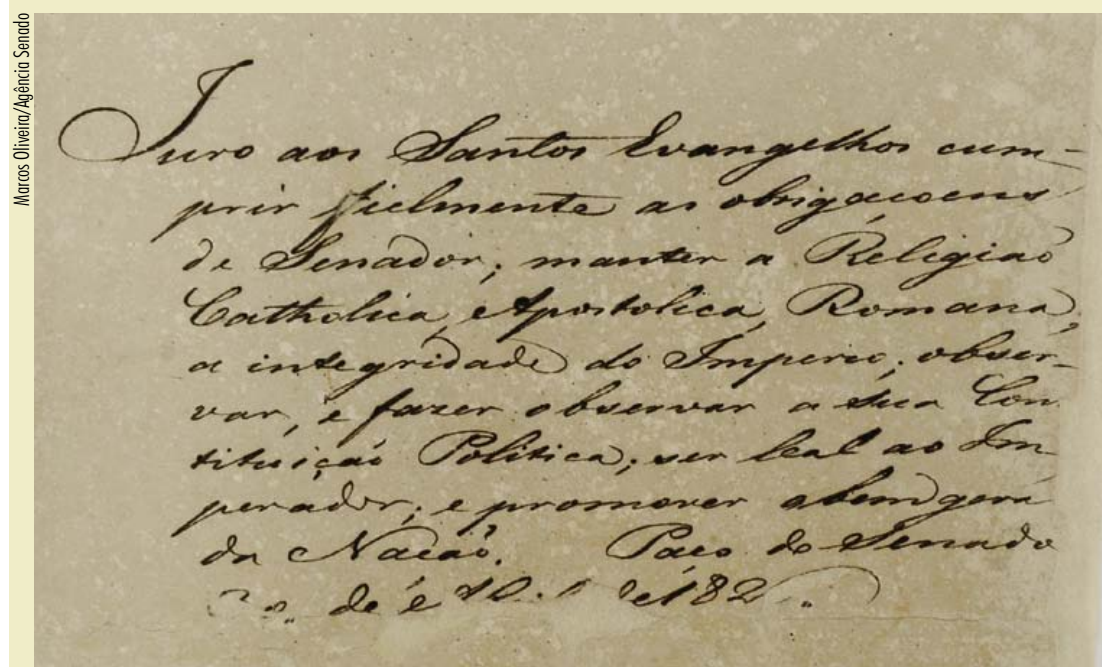
Wênis de Almeida Batista, coordenador do Arquivo do Senado, diz que os documentos arquivados servem tanto ao Senado quanto à história:

— Os documentos que guardamos são produzidos como parte das atividades legislativas e administrativas do Senado. Com o passar do tempo, eles acabam se transformando em retratos históricos do Senado e, mais do que isso, do Brasil.

De acordo com Jorge Vivar, coordenador do curso de Arquivologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), arquivos como o do Senado, além de preservarem a memória do país, são “agentes proativos de cidadania”:

— Com as recentes comissões da Verdade, que se debruçam sobre a ditadura militar, os arquivos assumiram um papel fundamental. Por meio do papel que eles guardam, a sociedade pode conhecer a verdade e fazer justiça.

Ouça a entrevista em que Antonio Barbosa, consultor aposentado do Senado e historiador da UnB, explica o processo histórico que levou à criação do Senado e da Câmara, em maio de 1826. Ele também fala sobre o Arquivo do Senado: <http://bit.ly/AntonioBarbosa>



Há muitas diferenças entre o Senado do Império e o de hoje. Cabia ao imperador decidir qual dos três mais votados em cada província se tornaria senador (a eleição agora é direta). Os senadores só eram substituídos quando renunciavam ou morriam (hoje há mandato, de oito anos). Para tornar-se senador, o político precisava ter pelo menos 40 anos (atualmente são 35 anos) e possuir no mínimo 800 mil réis de renda anual (a exigência de renda foi extinta). O juramento de posse também era distinto. Os primeiros senadores (na imagem ao lado, um senador do Império pintado pelo francês Jean-Baptiste Debret), segundo um documento da época guardado no Arquivo do Senado (imagem acima), diziam o seguinte: “Juro aos Santos Evangelhos cumprir fielmente as obrigações de senador; manter a religião católica apostólica romana; a integridade do Império; observar e fazer observar a sua Constituição Política; ser leal ao imperador; e promover o bem geral da nação”. Hoje, não há referência a religião. Explica o historiador Antonio Barbosa, da UnB: “O catolicismo era a religião oficial do Brasil. O Estado não era laico. Para ocupar cargos públicos, votar e ser votado, o cidadão tinha que ser católico. Como comparação, é o que ocorre hoje no Irã. O país se chama República Islâmica do Irã. O Brasil só deixou ter religião oficial ao se tornar República”.

ACONTECEU NO SENADO

Plenário aprova e vai a sanção a criação de cota de 20% das vagas em concursos para negros

Candidatos devem se declarar negros ou pardos, na inscrição, conforme parâmetros usados pelo IBGE

O Senado aprovou terça-feira cota de vagas para negros ou pardos em concursos públicos federais. O projeto (PLC 29/2014), que vai à sanção, reserva 20% das vagas para órgãos da administração pública federal, autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União.

Na votação, Plenário e galerias contavam com a presença de deputados e representantes de entidades de defesa da igualdade racial. Pelo texto, do Poder Executivo, os candidatos deverão se declarar negros ou pardos no ato da inscrição, conforme o quesito de cor ou



Parlamentares, o presidente do Senado, Renan Calheiros, e a ministra Luiza Bairros comemoram aprovação

raça usado pelo IBGE. Haverá duas listas: a de ampla concorrência e a reservada. Se classificado no número de vagas oferecido no edital, o candidato negro será convocado pela lista de ampla concorrência.

A vaga reservada será ocupada pelo próximo candidato negro na lista.

O projeto teve como relatores Ana Rita (PT-ES), na Comissão de Direitos Humanos (CDH), e Humberto Costa (PT-PE), na Comissão de

Constituição e Justiça (CCJ). José Sarney (PMDB-AP) lembrou ter sido o responsável por iniciar a discussão no país ao apresentar, há 15 anos, projeto de cotas no ensino superior e em concursos públicos.

AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DE COMBATE A ENDEMIAS GANHAM NOVO PISO SALARIAL

O Plenário aprovou na quarta-feira substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado 270/2006, que fixa em R\$ 1.014 o piso nacional para os agentes comunitários de saúde e de combate a endemias, com jornada de 40 horas semanais.

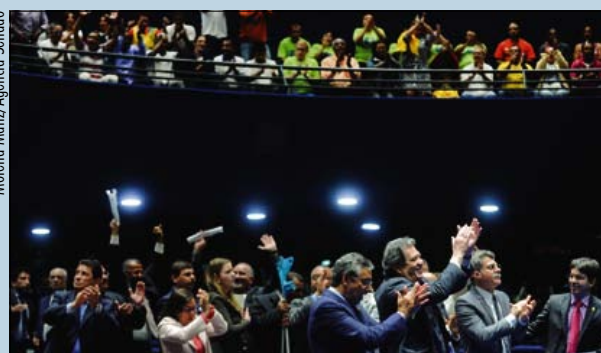
A matéria vai a sanção.

Os senadores ressaltaram que a valorização dos profissionais vai impactar a melhoria da saúde pública, já que eles lidam diretamente com o cidadão em ações de atenção básica e medicina preventiva.

MINISTÉRIO DEVE ALTERAR PORTARIA PARA ACELERAR TRATAMENTO DE CÂNCER PELO SUS

Em debate na CAS sobre o primeiro ano de vigência da lei sobre tratamento de paciente com câncer (Lei 12.732/2012), a representante do Ministério da Saúde, Patricia Chueiri, afirmou que o governo vai rever a portaria que

regulamenta o assunto para que o prazo máximo de 60 dias para início do tratamento comece a contar a partir da assinatura do laudo, e não do registro no prontuário. A audiência foi pedida por Ana Amélia (PP-RS), que foi relatora da matéria.



Representantes da categoria e senadores aplaudem a decisão



Integrantes de associação de mastectomizadas no debate da CAS

TELEFÔNICAS DIZEM QUE FALHAS SÃO POR FALTA DE ANTENAS

Problemas de infraestrutura foram o principal argumento das empresas de telecomunicações para explicar falhas na telefonia móvel, em debate que reuniu três comissões do Senado. Diante das críticas de senadores à baixa qualidade da internet em celular, os presidentes das quatro maiores empresas disseram que a implantação de mais antenas é prejudicada pela demora dos licenciamentos ambientais.

PROPOSTA PERMITE QUE SALÁRIO DE JUIZ SUPERE TETO

Proposta que estabelece o pagamento de adicional por tempo de serviço a juízes e membros do Ministério Público foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). O substitutivo de Vital do Rêgo (PMDB-PB) à PEC 63/2013 permite que o benefício leve essas categorias a receber acima do teto constitucional (R\$ 29,4 mil). A medida, para Vital, pode se tornar um atrativo para as carreiras.

APROVADA PEC QUE AMPLIA PRESENÇA DE DEFENSOR PÚBLICO

O Senado aprovou a PEC das Defensorias, que fixa prazo de oito anos para que União e estados dotem todas as comarcas de defensores públicos. A PEC 4/2014 determina que o número de profissionais será proporcional à demanda e à população. Por oito anos, eles deverão trabalhar em regiões com altos índices de exclusão social e de grande concentração de habitantes. A PEC será promulgada pelo Congresso.

AVANÇA CRIAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL PARA DOENÇAS RARAS

As doenças raras, que afetam até 65 em cada 100 mil habitantes, poderão ser enfrentadas por uma política nacional. A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou projeto (PLS 530/2013) de Vital do Rêgo (PMDB-PB) com esse objetivo. O texto segue para votação final na Comissão de Assuntos Sociais. Estima-se que existam de 6 mil a 8 mil enfermidades desse tipo e que o total de vítimas atinja 13 milhões.

GUARDAS PRISIONAIS PODERÃO USAR ARMA FORA DE SERVIÇO

Agentes e guardas prisionais e guardas portuários poderão portar arma de fogo fora do serviço. A autorização está em projeto de lei aprovado semana passada no Senado (PLC 28/2014). O texto segue agora para sanção presidencial.

PROPOSTA SOBRE PORTE DE ARMA É DESTAQUE NA WEB

A sugestão de que cidadãos habilitados sejam autorizados a portar armas (SUG 12/2014) — apresentada por internautas no Portal e-Cidadania e que será discutida pela CDH — está causando grande movimentação nas redes sociais.

PLENÁRIO APROVA RDC PARA OBRAS EM PRESÍDIOS

O Senado aprovou a versão original da MP 630/2013, que permite o uso do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) para obras em presídio. O governo queria o RDC para todas as licitações públicas. O texto terá de voltar à Câmara.

AUDIÊNCIA DISCUTE PORTE DE DROGA PARA USO PRÓPRIO

Audiência na CCJ debateu a descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal. Especialistas do direito defenderam a proposta, mas área médica alertou para risco do aumento do consumo de drogas pela redução da percepção de risco.

SENADORES VÃO A SP VER SITUAÇÃO DE IMIGRANTES HAITIANOS

Um grupo de senadores decidiu ir a São Paulo verificar a situação de refugiados haitianos que foram do Acre para lá. O senador haitiano Moïse Jean-Charles pediu apoio para a retirada de tropas das Nações Unidas do Haiti.

RELATÓRIO CULPA ESTADO POR MORTE DE CORONEL

A CDH aprovou relatório sobre visita ao Rio para acompanhar as investigações da morte do coronel Paulo Malhães. O texto aponta responsabilidade do Estado. Para os senadores, houve falha na proteção ao militar.

RODOVIÁRIOS CRITICAM PROPOSTA QUE MUDA LEI DO DESCANSO

Motoristas criticaram, em audiência na CDH, a possibilidade de mudanças na Lei do Descanso. A proposta (PLC 41/2014), na pauta do Senado, aumenta a jornada de trabalho e diminui o tempo de descanso.

FAZENDA PREVÊ INVESTIMENTO IGUAL A 24% DO PIB

A economia brasileira deverá alcançar nos próximos anos uma taxa de investimento equivalente a 24% do PIB, previu, na CI, o secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Márcio Holland de Brito.

REGRAS PARA TERRENO DE MARINHA PASSAM EM COMISSÃO

A CCJ aprovou mudanças nas regras de domínio sobre terrenos de marinha, áreas às margens do litoral e de rios navegáveis. Além da União, estados e municípios terão domínio das áreas com prédios do governo local.

DEBATE MOSTRA VALOR DA PLATAFORMA CONTINENTAL

Nações da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) defenderam, em audiência, o direito à exploração econômica da plataforma continental. Para debatedores, recursos podem ajudar países, em geral, pobres.

VEJA A SELEÇÃO DE FOTOS DA SEMANA

Semanalmente, a equipe de fotógrafos da Agência Senado produz cerca de 7 mil fotos das atividades da Casa. Uma seleção com

as melhores fotos da semana passada está postada no Tumblr. Veja no endereço abaixo:

<http://bit.ly/fotos19-23maio>